

Entrevista João Rodrigues, economista

# Com esta austeridade “temos de pensar o nosso futuro depois do euro”

João Rodrigues lembra que Portugal andou a oscilar entre a recessão e a estagnação e alerta para quebra brutal do rendimento, da procura e do investimento

João Ramos de Almeida

● Esta entrevista foi feita pouco depois do lançamento do livro *Portugal e a Europa em Crise – para acabar com a economia de austeridade*, organizado pelos economistas José Reis e João Rodrigues. Ou seja, antes do acordo sobre o segundo pacote para Grécia e, muito antes, do recente incêndio dos mercados. Por isso, esta conversa com o investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra tem um certo travo a premonitório. Leia a versão integral no *site* do PÚBLICO.

**Porquê este livro?**

É uma compilação de artigos de economistas publicados no jornal *Le Monde Diplomatique*, desde que a crise revelou toda a sua intensidade. E achámos que já havia um número suficiente que apresentava uma narrativa alternativa à que tem dominado o debate público.

**Dominado há bastante tempo...**

Sim, há vários anos. Entre 2007 e 2009, houve alguma abertura para colocar em causa as grandes teses liberais que marcaram, desde a década de 80. Mas rapidamente essa abertura fechou-se com a crise das dívidas soberanas. Esse livro também tem uma ideia que é a de que a crise portuguesa não pode ser compreendida fora da arquitectura disfuncional da zona euro. E que explica porque é que os liberais conseguiram recuperar tão bem.

**Por que se mantêm as suas ideias tanto tempo? É por serem simples?**

O seu simplismo pode ter facilitado a divulgação. Mas a sua consistência, quando sujeita a um escrutínio crítico, é posta em causa. Tem problemas de base: a crença na eficiência de um certo tipo de mercados desregulamentados. Como tem, aliás, sido posta em causa uma das teses mais defendidas: a de que estas políticas de austeridade gerariam a confiança para assegurar a recuperação. E verificamos que isso não é assim. Quando o sector público se contrai, a economia privada também se contrai. Uma política de austeridade provoca

recessão, uma quebra brutal dos rendimentos, da procura e do investimento. Na realidade, a teoria liberal não tem uma explicação plausível para a crise. A crise da dívida soberana é reduzida a Estados que se comportaram mal. Não há uma avaliação realista das suas origens, das consequências do aumento das desigualdades dentro de países e entre países da zona euro, que geram endividamento e compressão salarial.

**Mas se fracassa tanto, por que está tão viva?**

Ainda há muita gente que investiu muito na teoria e que tem muito interesse em mantê-la no debate. E, depois, a teoria serve interesses poderosos. A crise está a ser aproveitada para operar uma transferência de activos, a preço baixo, do sector público para o privado; para enfraquecer serviços públicos e para os transferir para a órbita do sector privado – sobretudo na área da saúde; e na Segurança Social, apesar do fracasso do modelo privado de capitalização. Porque é muito dinheiro a ganhar num contexto económico difícil. No campo laboral, fragiliza o poder dos sindicatos e é uma excelente oportunidade para sectores patronais – não os que deveríamos promover – reforçarem uma economia de baixa pressão salarial. E essa é outra das explicações da popularidade sobre a virtude da desregulamentação na criação de emprego.

**Essa virtude não é verdadeira?**

Não tem muitas pernas para andar. Houve alterações das leis laborais no sentido da liberalização [com o Código do Trabalho em 2003 e revisto em 2009]. E a taxa de desemprego triplicou. Porquê? Porque a economia portuguesa oscilou entre a estagnação e a recessão. Aquilo que a desregulação faz é só diminuir a capacidade de reivindicação dos trabalhadores. Mas os salários não são o problema. O próprio Banco de Portugal tem escrito que os desequilíbrios externos não são um problema dos salários, que têm crescido com a produtividade. Por outro lado, a desregulação alimenta o discurso moralista numa das suas versões que é a que os

portugueses estão a viver acima das suas possibilidades.

**E isso também não é verdade?**

Não é verdade. Portugal tem das mais baixas taxas de incumprimento de crédito da Europa. As famílias endividadas andam na ordem dos 40 por cento, menos do que se pensa; e finalmente, o aumento no incumprimento é resultado da perda de rendimento das famílias, devido à situação de crise e do aumento do desemprego.

Nós tivemos uma crise em 2009 da qual saímos em 2010. Se a UE tivesse tido outra resposta à crise das dívidas soberanas, essa insustentabilidade não se teria verificado. E o país poderia ter tido mais tempo para corrigir um problema grave de endividamento externo, a situação das finanças públicas; e não teria que caminhar para uma recessão que é, pura e simples, consequência de uma contracção do sector público. E aposta do Governo, qual é? É que, através da compressão da economia e da procura interna, haja uma correcção do desequilíbrio externo. Mas a que preço? Em termos de emprego sacrificado, de capacidade produtiva? É uma correcção meramente conjuntural.

**Não vai ser estrutural?**

A economia portuguesa para se modernizar precisa de investimento e isso não irá ocorrer. Ainda para mais, sem uma política industrial e com a crise na zona euro, como contexto geral. Era sobre isso que deveríamos falar muito mais. E não o fazemos porque muitos economistas andam a fazer... andaram a fazer propaganda. Havia uma obsessão em colocar toda a responsabilidade no contexto nacional porque isso servia uma agenda político-ideológica. E servia a imposição de austeridade. Agora, o Governo mudou e apostou tudo na intensificação da austeridade. E não há resultados, porque as políticas foram desenhadas a pensar nos mercados. E a zona euro não é uma construção robusta.

**Porquê?**

O euro é uma experiência de criar uma moeda única sem um orçamento único e sem um



“

*Estou muito pessimista em relação do futuro da zona euro. Nesta zona euro, não podemos ficar. Para mim, é muito claro*

”

banco central com capacidade de financiamento dos Estados. E isso é um problema. O que se tenta fazer é continuar com esta política de austeridade, tentando adiar uma resolução minimamente decente do problema europeu. Era preciso um golpe de asa político que na minha opinião apenas pode surgir pela intensa mobilização dos cidadãos europeu, em favor de um relançamento da economia à escala europeia. Durante muito tempo, esse problema foi ignorado. Mas os mercados têm esta característica: quando se desequilibram, geram-se forças que ampliam o desequilíbrio. E se não há um poder público, a lógica é de aprofundamento do problema.

**E caminha-se para o fundo?**

Há aqui um pessimismo da inteligência e um optimismo da vontade. Estou muito pessimista em relação ao futuro da zona euro e ao futuro de Portugal na zona euro. Nesta zona euro, não podemos ficar. Para mim é muito claro. **Porque não podemos?**



RITA BALELA

## Uma nova geração de políticas

# A utopia da economia global sem entraves leva ao conflito

● Os artigos são ágeis a escarpelizar o neoliberalismo, mas pouco claros quanto a política alternativa, na gestão do Estado. Se há um problema na gestão do Estado, deve-se a que parte dele ter sido colonizada por esquemas como as parcerias público-privadas, de protoprivatização e de concessão, com interesses privados interessados na canibalização do Estado. Como é que se resolve? A prestação de serviços públicos deve ser uma acção dos poderes públicos. E a participação de privados deve ser fortemente disciplinada. Isso pressupõe um maior escrutínio democrático sobre o Estado. No campo da política de emprego, as propostas pressupõem um reforço dos contrapoderes e um controlo muito maior sobre o sector financeiro. Passa pela taxaçaõ das transacções financeiras à escala europeia, uma maior participação da banca pública e social, mais ligadas aos sectores produtivos, ao serviço da política industrial. É preciso estabelecer um conjunto de políticas que enquadre – e, nalguns casos, elimine – as forças de mercado. Há uma discussão a fazer sobre a recalibração dos fluxos financeiros. Já há um conjunto de governos, mesmo conservadores, que estão a adoptar políticas de controlo de capitais. Do Brasil, à Coreia do Sul.

### E das mercadorias também?

Se não encontrarmos à escala europeia e global mecanismos de correcção dos desequilíbrios entre países com muitos excedentes comerciais e países com défices – em que o ajustamento é imposto aos com défice – vamos ter uma deslegitimação da política comercial. Não se pode abrir o comércio a países com padrões muito diferenciados. Isso leva a uma pressão para o fundo.

### Isso não prejudica o desenvolvimento de continentes subdesenvolvidos?

Não creio. Se analisar a história do desenvolvimento económico, verificará que a inserção internacional de muitos países foi faseada e usando o Estado, protegendo sectores económicos. Hoje, o grande problema dos países em desenvolvimento é que estão pressionados por regras liberais – pela OMC – a manter *standards* muito baixos. E isso não serve os seus interesses e não serve os trabalhadores assalariados do Norte global. E só será solucionado se reduzirmos a margem de manobra para as empresas chantagearem com as deslocalizações. Nesta utopia para uma economia global sem entraves... é uma utopia, já foi tentada inúmeras vezes e acabou sempre com um aumento

da conflitualidade. Não é a paz perpétua, é o conflito.

### E a guerra?

É o conflito. As crises nos sistemas internacionais que podem gerar conflitos militares são muito o resultado da prossecução – até um ponto insustentável – da utopia do mercado. E acho que, infelizmente, a UE institui-se muito como o cavalo de Tróia da globalização. Não protegeu os países e intensificou os seus efeitos negativos. A questão coloca-se de uma forma muito simples: Portugal abdicou da sua soberania, sem uma discussão pública suficiente. A tragédia é que essa quebra de soberania não foi reconquistada à escala europeia, onde esses instrumentos foram transferidos para instituições não democráticas, que não respondem perante os governos. Como o BCE... **A intenção é evitar que os governos se financiem sem olhar a consequências inflacionistas.** Essa é a justificação. O argumento económico subjacente à zona euro baseia-se na suspeição da política democrática. Os governos são tendencialmente perniciosos. Só não são quando têm de agir como “Estado-bombeiro”. O sector financeiro, que pressionou esta austeridade, pode ganhar com esta situação. Mas não creio que o ganhe a médio e longo prazo. Porque a situação de insolvência



O problema dos países em desenvolvimento é que estão pressionados por regras liberais, defende João Rodrigues

vai se aprofundar. Ouve-se Miguel Cadilhe, um economista liberal, que acredita na austeridade, a dizer que a variável aqui é o risco social. E é verdade. O risco social é a capacidade das pessoas de perceber que esse modelo não serve os seus interesses. E quando perceberem que não conseguem viver decentemente no quadro deste modelo e que há alternativas, esta coincidência pode fazer os clics que são absolutamente indispensáveis. **Depende de quem estiver presente?**

Sim. E por isso abrimos o livro com uma introdução, uma citação de Milton Friedman, um economista liberal: “Quando a crise ocorre, as decisões que forem tomadas dependem das ideias que estão disponíveis.” Isto é inteiramente rigoroso e verdadeiro. Aos cidadãos, não resta senão mais nada que algumas alternativas políticas possam inspirar movimentos políticos e sociais que contrariem esta utopia de mercado. Contrariem com realismo.

Porque não é do interesse da maioria da população portuguesa. Esta zona euro não nos serve. O que é que serve o nosso interesse? É haver uma ampla reforma da zona euro que corrija o seu desequilíbrio central. Se não superamos esta lógica, temos de pensar o nosso futuro depois do euro. Temos de pensar com todo o realismo. Acho que o cenário de correcção das disfunções da zona euro é o melhor cenário. Não me parece é que haja muitos actores políticos... sobretudo não há pressão social. O desemprego muito elevado faz com que as pessoas tenham muito medo de protestar. Devido também a um debate público algo condicionado, a uma grande ofensiva ideológica, há uma grande falta de esperança nas pessoas. As forças vitais das pessoas ficam atrofiadas num contexto de crise. **As de esquerda também?** Também. **Não será porque não há programa alternativo?** Aí discordo. A esquerda tem

um problema político. A social-democracia que participou no processo de construção europeia e que se esgotou nesse processo, desligou-se dos sindicatos, dos movimentos sociais, perdeu peso, ficou demasiado associada – sobretudo nos países do Sul – aos programas de austeridade. Do ponto de vista do diagnóstico social, acho que há propostas. Propostas de reforma do sistema económico, no sentido de o tornar mais igualitário. O problema é transformá-las em acção política. **É uma dificuldade de transmissão da mensagem ou de irreabilidade política?** Há aqui um problema de escala. Com a integração europeia, a escala nacional deixou de ser a única relevante. O sector financeiro tem grande poder político, os *lobbies* económicos têm capacidade de actuar à escala da UE. Em Bruxelas, há mais lobbyists do que há em Washington. Não é uma teoria da conspiração. É um investimento deliberado, de coordenação. O movimento sindical, social, dos

ecologistas não tem tido essa capacidade.

### É um problema de dinheiro apenas?

É um problema de recursos, de capacidade de encontrar as formas de organização. As lutas nacionais existem e depois existem umas cúpulas a nível europeu, mas muito desligadas. Até porque não há um povo europeu, não há uma democracia europeia. Quando essas instituições não estão construídas à escala que hoje importa – a europeia – não há forma de fazer chegar essa voz. O Parlamento Europeu tem alguns poderes, mas não os associados a um Estado soberano. E isso dificulta muito uma reacção de integração positiva. Que aponte para a correcção do desequilíbrio através – não tenho medo da palavra – de um federalismo democrático, progressista.



Leia a versão integral da entrevista em <http://www.publico.pt/>